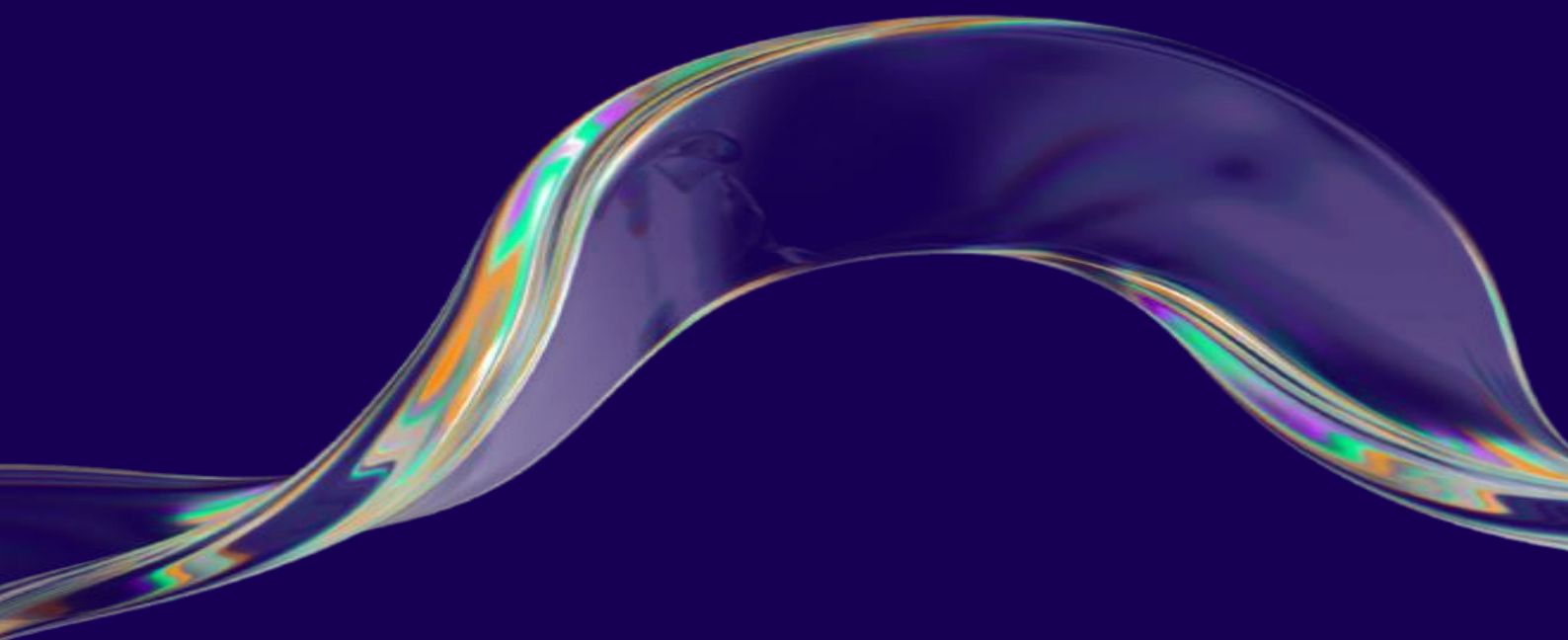


Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	13
5	Receita	13
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido	15
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	15
9	Contas a receber de clientes	16
10	Imobilizado	16
11	Financiamentos	19
12	Fornecedores.....	20
13	Provisão para litígios	21
14	Obrigaões de desmobilização de ativos	21
15	Partes relacionadas	22
16	Patrimônio líquido.....	23
17	Imposto de renda e contribuição social	23
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco	24
19	Seguros	29

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita líquida	5	38.287	5.662
Custo com energia elétrica	6	(3.703)	(1.029)
Custo com operação	6	(15.680)	(2.865)
Lucro bruto		18.904	1.768
Receitas (despesas) operacionais	6		
Gerais e administrativas		(1.708)	(753)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		6	(112)
		(1.702)	(865)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.202	903
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		1.990	3.787
Despesas financeiras		(19.933)	(6.369)
		(17.943)	(2.582)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(741)	(1.679)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(1.883)	(1.939)
Prejuízo do exercício		(2.624)	(3.618)

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.624)	(3.618)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.624)	(3.618)

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(741)	(1.679)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		-	
Juros e variações monetárias de financiamentos	11 (c)	19.129	5.794
Depreciação e amortização	6	12.416	2.231
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	167	91
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		(583)	(20)
Ajuste a valor presente de arrendamentos	7	1	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações desmobilização de ativos	14 (a)	299	70
		<u>30.688</u>	<u>6.487</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(834)	(2.022)
Tributos a recuperar		(57)	162
Demais créditos e outros ativos		(4)	(135)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		(4.867)	4.146
Tributos a recolher		(350)	(915)
Partes relacionadas		(13.125)	5.102
Demais obrigações e outros passivos		229	163
Provisões		2	-
Caixa proveniente das operações		<u>11.682</u>	<u>12.988</u>
Juros pagos sobre financiamentos	11 (c)	(6.312)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.581)	(887)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>3.789</u>	<u>12.101</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de (aplicação em) conta reserva		(3.226)	(1.927)
Aquisição de imobilizado		(13)	(175.136)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(3.239)</u>	<u>(177.063)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de recursos		-	133.587
Liquidação de financiamentos	11 (c)	(6.571)	-
Liquidação de arrendamentos		(3)	-
Adição dos custos com captação		-	(2.507)
Aumento de capital		-	23.695
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(6.574)</u>	<u>154.775</u>
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>(6.024)</u>	<u>(10.187)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>23.406</u>	<u>33.593</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>17.382</u>	<u>23.406</u>

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	17.382	23.406
Contas a receber de clientes	9	2.856	2.022
Tributos a recuperar		69	12
Outros ativos		451	447
		<u>20.758</u>	<u>25.887</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	5.756	1.947
		<u>5.756</u>	<u>1.947</u>
Imobilizado			
Intangível	10	247.457	256.739
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		23	30
		14	-
		<u>247.494</u>	<u>256.769</u>
Total do ativo		<u>274.008</u>	<u>284.603</u>
	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	10.072	6.160
Fornecedores	12	4.484	6.239
Tributos a recolher		326	375
Partes relacionadas	15	43	19
Arrendamentos		8	-
Outros passivos		392	163
		<u>15.325</u>	<u>12.956</u>
Não circulante			
Financiamentos	11	197.133	194.632
Tributos a recolher		319	318
Provisões		2	-
Partes relacionadas	15	1.004	14.153
Arrendamentos		7	-
Obrigações de desmobilização de ativos	14	3.262	2.963
		<u>201.727</u>	<u>212.066</u>
Total do passivo		<u>217.052</u>	<u>225.022</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	64.326	64.326
Prejuízos acumulados		(7.370)	(4.745)
Total do patrimônio líquido		<u>56.956</u>	<u>59.581</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>274.008</u>	<u>284.603</u>

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022	40.631	(1.127)	39.504
Prejuízo do exercício	-	(3.618)	(3.618)
Total resultado abrangente do exercício	-	(3.618)	(3.618)
Aumento de capital	23.695	-	23.695
Contribuições e distribuições aos acionistas	23.695	-	23.695
Em 31 de dezembro de 2022	64.326	(4.745)	59.581
Prejuízo do exercício	-	(2.625)	(2.625)
Total resultado abrangente do exercício	-	(2.625)	(2.625)
Em 31 de dezembro de 2023	64.326	(7.370)	56.956

1 Considerações gerais

A Ventos de São Crispim I Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechada, com sede em Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, que foi constituída em 10 de agosto de 2015.

A Companhia tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e a prestação de serviços de consultoria de projetos de energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Anselmo") e da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de autorização é de 35 anos contados a partir de novembro de 2020, conforme resolução autorizativa ANEEL nº 9.425. A Companhia possui capacidade instalada de 49,5 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí II.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2024

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Operação em conjunto (*joint operation*) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 23,40% na empresa a Consórcio Ventos do Piauí II (“Consórcio”), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora e a elevadora, linha de transmissão entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia em 2023

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A Companhia está analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
13	Provisão para litígios
14	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Partes relacionadas: representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	2023	2022
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	15	39.406	5.331
Energia de curto prazo - CCEE		546	546
		<u>39.952</u>	<u>5.877</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.458)	(215)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(207)	-
		<u>(1.665)</u>	<u>(215)</u>
Receita líquida		<u>38.287</u>	<u>5.662</u>

6 Custos e despesas

					2023	2022
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(404)	-	-	-	(404)	-
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(3.299)	-	-	-	(3.299)	(1.029)
Depreciação e amortização	-	(11.720)	(696)	-	(12.416)	(2.231)
						-
Materiais	-	(3)	(54)	-	(57)	(34)
Materiais	-	(3)	(54)	-	(57)	(34)
Serviços	-	(3.229)	(241)	-	(3.470)	(870)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(2.678)	-	-	(2.678)	(661)
Serviços de terceiros	-	(410)	(125)	-	(535)	(209)
Serviços de manutenção	-	(141)	(116)	-	(257)	-
Outros	-	(728)	(717)	6	(1.439)	(595)
Aluguéis e arrendamentos	-	(571)	(11)	-	(582)	(55)
Seguros	-	-	(706)	-	(706)	(370)
Impostos, taxas e contribuições	-	(72)	-	-	(72)	(23)
Outras	-	(85)	-	6	(79)	(147)
	<u>(3.703)</u>	<u>(15.680)</u>	<u>(1.708)</u>	<u>6</u>	<u>(21.085)</u>	<u>(4.759)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		1.990	3.780
Outras receitas financeiras		-	7
		1.990	3.787
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	11 (c)	(6.338)	-
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(12.791)	(5.794)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(167)	(91)
Despesa de captação de financiamentos	11 (c)	-	(144)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	14 (a)	(299)	(70)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(1)	-
Juros sobre contrato de mútuo	15	(34)	(188)
Outras despesas financeiras		(303)	(82)
		(19.933)	(6.369)
		(17.943)	(2.582)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2023	2022
Caixa		
Caixa e bancos	162	351
	162	351
Equivalentes de caixa		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	17.220	23.055
	17.220	23.055
Caixa e equivalentes de caixa	17.382	23.406
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	5.756	1.947
	5.756	1.947
	23.138	25.353

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 98% e 102% do CDI (101,65% e 104,81% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(i) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Rating local	
	2023	2022
AAA	23.138	25.353
	23.138	25.353

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	2023	2022
Partes relacionadas (Nota 15)	2.403	1.710
Energia de curto prazo - CCEE	453	312
	2.856	2.022

(b) Vencimentos de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 14).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	<u>Aerogeradores</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Edifícios e construções</u>	<u>Desmobilização de ativos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício								
Custo	225.011	29.704	625	2.892	21	714	258.967	75.994
Depreciação acumulada	(1.771)	(435)	-	(21)	(1)	-	(2.228)	-
Saldo líquido no início do exercício	<u>223.240</u>	<u>29.269</u>	<u>625</u>	<u>2.871</u>	<u>20</u>	<u>714</u>	<u>256.739</u>	<u>75.994</u>
Adições	-	-	-	-	-	3.125	3.125	182.973
Depreciação	(11.064)	(1.222)	(31)	(87)	(2)	-	(12.406)	(2.228)
Transferências	756	463	-	-	11	(1.230)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>212.932</u>	<u>28.510</u>	<u>594</u>	<u>2.784</u>	<u>29</u>	<u>2.609</u>	<u>247.458</u>	<u>256.739</u>
Custo	225.767	30.167	625	2.892	31	2.609	262.091	258.967
Depreciação acumulada	(12.835)	(1.657)	(31)	(109)	(2)	-	(14.634)	(2.228)
Saldo líquido no final do exercício	<u>212.932</u>	<u>28.510</u>	<u>594</u>	<u>2.783</u>	<u>29</u>	<u>2.609</u>	<u>247.457</u>	<u>256.739</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

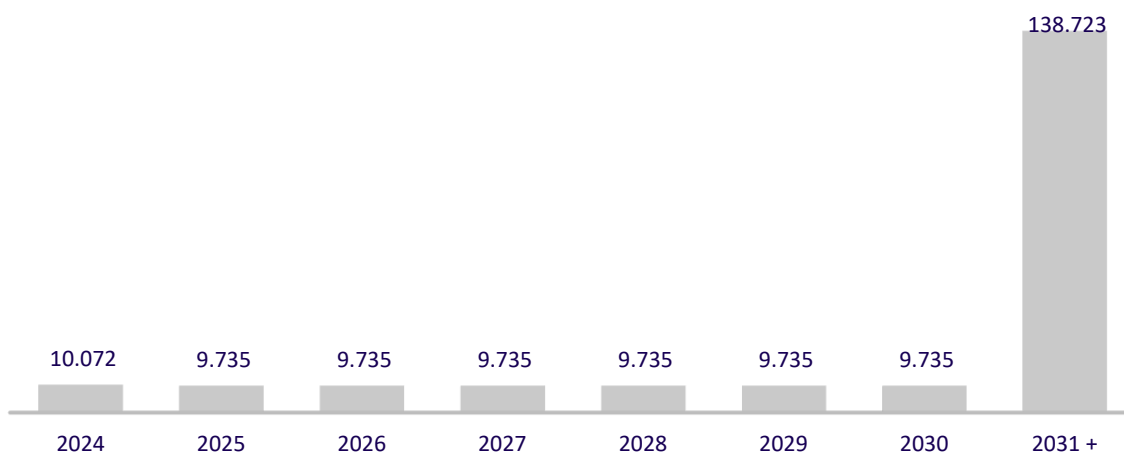
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDÉS	TLP+4,56%	9.940	(205)	337	10.072	201.290	(4.157)	197.133	207.205	140.787
		<u>9.940</u>	<u>(205)</u>	<u>337</u>	<u>10.072</u>	<u>201.290</u>	<u>(4.157)</u>	<u>197.133</u>	<u>207.205</u>	<u>140.787</u>

										2022
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDÉS	TLP+4,56%	6.327	(167)	-	6.160	198.994	(4.362)	194.632	200.792	115.158
		<u>6.327</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>6.160</u>	<u>198.994</u>	<u>(4.362)</u>	<u>194.632</u>	<u>200.792</u>	<u>115.158</u>

BNDÉS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TLP – Taxa de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	200.792	58.849
Captações	-	133.587
Provisões de juros (Nota 7)	6.338	-
Atualização monetária (Nota 7)	12.791	10.772
Adições dos custos de captações	-	(2.507)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	167	91
Juros pagos	(6.312)	-
Liquidações	(6.571)	-
Saldo no final do exercício	207.205	200.792

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os financiamentos obtidos pela Companhia contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,3x, apurado a cada encerramento do exercício, a partir de 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Companhia monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2023:

	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.624)
Imposto de renda e contribuição social	1.883
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(741)
(+) Resultado financeiro, líquido	17.943
(+) Depreciação e amortização	12.416
EBITDA Ajustado	29.618
(-) Imposto de renda e contribuição social	(1.883)
Geração de caixa da atividade [a]	27.735
Serviço de dívida [b]	(12.882)
(-) Pagamento de juros	(6.312)
(-) Pagamento de principal	(6.571)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	2,15

12 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de materiais	4.447	6.101
Fornecedores de serviços	37	138
	4.484	6.239

(i) A variação substancial em fornecedores ocorreu devido à baixa dos saldos das obrigações de CAPEX, em vista da entrada em operação dos parques eólicos no ano de 2022.

13 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos administrativos no Município de Curral Novo do Piauí, referente a notificações de autos de infração de cobrança da taxa de licenciamento do exercício de 2022, no montante atualizado de R\$ 465 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

14 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo no início do exercício	70.444	(67.481)	2.963	-
Adições	-	-	-	2.893
Realização do justo a valor presente (Nota 7)	-	299	299	70
Saldo no final do exercício	70.444	(67.182)	3.262	2.963
Não circulante	70.444	(67.182)	3.262	2.963
	70.444	(67.182)	3.262	2.963

15 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, principalmente comercialização de energia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Serviços		Resultado financeiro (Nota 7)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	1.710	-	-	-	5.331	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	2.735	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	2.403	-	-	-	36.671	-	-	-	-	-
	<u>2.403</u>	<u>1.710</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.406</u>	<u>5.331</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Conta corrente (i)										
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A	-	-	1.004	2.405	-	-	-	-	-	-
Mútuo										
Auren Energia S.A.	-	-	-	11.748	-	-	-	-	34	188
Fornecedores - Serviços										
Votorantim S.A.	-	-	43	19	-	-	(172)	(109)	-	-
	<u>2.403</u>	<u>1.710</u>	<u>1.047</u>	<u>14.172</u>	<u>39.406</u>	<u>5.331</u>	<u>(172)</u>	<u>(109)</u>	<u>34</u>	<u>188</u>

(i) Refere-se principalmente aos rateios com os consórcios.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$ 64.326, dividido em 244.350.866 ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O capital social é composto pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações – em unidade					
		Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas							
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	32.163	122.175.433	50%	-	-	122.175.433	50%
Auren Energia S.A.	32.163	-	-	122.175.433	50%	122.175.433	50%
	64.326	122.175.433	50%	122.175.433	50%	244.350.866	100%

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 1.883 (R\$ 1.939 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2023			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita bruta tributável	39.952	39.952	1.990	1.990
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	3.196	4.794	1.990	1.990
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	775	431	498	179

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita bruta tributável	5.877	5.877	5.241	5.241
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	470	705	5.241	5.241
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	94	63	1.310	472

(b) Efeito no resultado

	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	1.883	1.939
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	4,49%	17,44%

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco**18.1 Instrumentos financeiros por categoria****(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo

Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2023	2022
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)		2.856	2.022
			-
Ao valor justo por meio do resultado (i)			
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	17.220	23.055
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8)	1	5.756	1.947
		22.976	25.002
		25.832	27.024
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (Nota 11) (ii)		207.205	200.792
Fornecedores (Nota 12)		4.484	6.239
Arrendamentos		15	-
Partes relacionadas (Nota 15)		1.047	14.172
		212.751	221.203

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	18.967	36.470	34.738	216.770	306.945
Fornecedores	4.484	-	-	-	4.484
Arrendamentos (i)	8	6	-	-	14
Partes relacionadas	43	1.004	-	-	1.047
	23.502	37.480	34.738	216.770	312.490
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	12.235	35.556	33.705	221.191	302.687
Fornecedores	6.239	-	-	-	6.239
Partes relacionadas	19	14.153	-	-	14.172
	18.493	49.709	33.705	221.191	323.098

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
					Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	22.976	BRL mil	-69 bps*	(157)	(669)	(1.338)	669	1.338
IPCA 4,62%	Financiamentos (i)	211.567	BRL mil	38 bps*	(804)	2.444	4.887	(2.444)	(4.887)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

19 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até agosto/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 889 em 31 de dezembro de 2023.